

Os Cálculos Eleitorais

25. IX. 50

E o Dever do Voto

Já aqui o dissemos: eleição não é jôgo, em que o importante é ganhar; é uma decisão, em que o essencial é proceder bem. A vontade coletiva, que pelo voto se manifesta, é uma resultante das vontades individuais, que com o voto se exprimem. Estas são o antecedente, aquela, o consequente. Votar, pois, não de acôrdo com o que melhor se reputa, mas tendo em vista o possível ou provável resultado da eleição. é inverter o processo natural, é subverter a propria essência da democracia.

Não sabemos se estas considerações abstratas são bastante claras; mas os casos concretos, com que ora se defronta o eleitorado, torná-las não facilmente perceptíveis.

Assim, três candidaturas ponderáveis existem à presidência da República: a do Brigadeiro Eduardo Gomes, a de Cristiano Machado e a de Getúlio Vargas. Para muita gente (e talvez não se erre dizendo para toda a gente) a vitória do último poria em perigo a democracia e por isto, tudo é mister envidar por evitá-la. Mas, como evitá-la? Votando no Brigadeiro, o candidato mais digno de confiança? Não, dizem alguns. O Brigadeiro é incontestavelmente o melhor candidato, mas (imaginam eles erroneamente) tem menores probabilidades de eleger-se que o sr. Cristiano Machado. Votar nele é, pois, deitar votos fora e assegurar a vitória do antigo ditador. E, assim, para evitar a vitória do pior candidato, que se repele, deixa-se de votar no melhor, que se desejaria eleger.

Mas quem poderá afirmar que o sr. Cristiano Machado, e não o sr. Eduardo Gomes, alcançará, por si mesmo, maior votação? Ninguém, porque se o primeiro tem em seu favor a máquina administrativa, o segundo tem por si o seu admirável apostolado cívico. Estamos ante um pleito muito equilibrado, onde pequena será a diferença de votação dos principais candidatos. Votar, pois, no sr. Cristiano Machado, em vez do Brigadeiro, poderá levar ao que se queria evitar — a vitória do sr. Getúlio Vargas, se o segundo, e não o primeiro, tiver maior número de sufrágios.

Situação em tudo semelhante é a que se nos depara com o govêrno do Estado. Três candidatos principais, representando as mesmas três tendências já apontadas: Edgar Schneider, Cilon Rosa e Ernesto Dornelles. A vitória dêste, corresponderia, sem embargo das suas apreciáveis qualidades pessoais, à eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República. O segundo — Cilon Rosa — reproduz, no Estado, o sr. Cristiano Machado, na Federação. O terceiro, por seus atributos pessoais e pelo partido de que procede e o apresenta, pode comparar-se ao Brigadeiro, no âmbito estadual. Pois bem: para evitar a vitória do candidato do sr. Getúlio Vargas, há quem pense em votar no sr. Cilon Rosa, em vez do sr. Edgar Schneider, por presumir que aquele, e não êste, tenha maior possibilidade de derrotar o candidato do quererismo. Ainda aqui, defronta-se-nos uma simples presunção, que os fatos poderiam infirmar e que asseguraria, se levada à prática, a vitória do sr. Ernesto Dornelles, graças aos votos subtraídos ao sr. Edgar Schneider. Certos eleitores deixariam, assim, de votar com a própria consciência, para afinal acarretar o que, mais que tudo, pretendiam evitar.

A eleição senatória oferece-nos um caso análogo. O sr. Plínio Salgado é o candidato de três partidos; dêstes, porém, só o de que é chefe não lhe opõe resistência. Tanto a União Democrática Nacional, como o Partido Social Democrático o enguliram, mas sentem engulhos. O Partido Trabalhista levantou a candidatura do sr. Alberto Pasqualini e o Partido Libertador, a do sr. Décio Martins Costa. À primeira vista, o candidato trabalhista poderia ter maiores probabilidades de vitória que o candidato libertador, pois eleitoralmente mais forte é o partido do primeiro, que o do segundo. Por isto, alguns, que, antes de tudo, desejam evitar a eleição do chefe integralista, deixariam de votar no sr. Décio Martins Costa, que prefeririam em condições normais, para sufragar o sr. Alberto Pasqualini, que em idênticas condições repeliriam. Ainda aqui, trata-se de simples presunção, que poderá levar a resultado contrário do visado. Se o sr. Décio Martins Costa houvesse de contar sómente com os votos do seu partido, evidente é que lhe levaria vantagem o sr. Alberto Pasqualini. Mas, tanto na UDN, como no PSD, há numerosos elementos que não trazem a candidatura perrepeista e, postos entre os srs. Dé-

cio Martins Costa e Alberto Pasqualini, por motivos óbvios, preferirão o candidato libertador. Como, pois, supor que serão perdidos os votos dados a êste, por certos eleitores que, antes de tudo, desejam evitar a eleição do sr. Plínio Salgado? Se se pode derrotar o chefe integralista, votando no candidato trabalhista, também se poderá, e talvez mais facilmente, votando no candidato libertador.

Assim, quer se considere a questão em termos gerais e abstratos, quer se desça à consideração dos casos particulares, o voto deve ser, antes de tudo, um ato de consciência, para que dele resulte limpidamente a vontade coletiva. Ter à mão um candidato que se reconhece melhor e, por considerações de ordem tática, votar num candidato que se sabe pior, é subverter todo o processo democrático. Para quem julga o Brigadeiro o melhor candidato, só existe uma solução honesta e democrática: votar no Brigadeiro, como quer que votem os demais. O mesmo se diga das candidaturas dos srs. Edgar Schneider e Décio Martins Costa. Têm valor próprio e por si se recomendam. Não se podem trocar por outras, a pretexto de parecerem eleitoralmente mais fortes, pois, numa situação confusa como a presente, sómente as urnas têm o segredo da verdade.